



# AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MAIOR DEMANDA ENTRE A POPULAÇÃO DE CLASSE ECONÔMICA BAIXA DE MARINGÁ COMO EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Hellen Carla David<sup>1</sup>; Cléber Sanfelici Otero<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Direito, UNICESUMAR, Maringá/PR. Bolsista PIBIC/Funadesp-UniCesumar.

<sup>2</sup>Orientador, Doutor, Professor da Graduação em Direito e do Programa de Mestrado em Ciências Jurídicas da UNICESUMAR, Maringá/PR.

**RESUMO:** O objetivo da presente pesquisa foi o de estudar, de forma mais aprofundada, o conceito de políticas públicas, suas formas, suas finalidades, seus respectivos processos de criação e aplicação. Buscou-se analisar as principais políticas públicas já existentes em Maringá/PR, verificando os benefícios trazidos por elas, e em que poderiam ser melhores. A proposta, ainda, foi um estudo sobre os direitos fundamentais trazidos pela Constituição Federal de 1988, principalmente direitos individuais e sociais, em face da figura do Estado como o órgão garantidor desses direitos. Com isso, é necessário estabelecer os meios pelos quais o Estado pode garanti-los, e é desse ponto de vista que surge a principal ligação entre as políticas públicas e os direitos fundamentais, sendo que as primeiras têm o objetivo de concretizar os últimos. Assim, realizou-se uma pesquisa de campo na cidade de Maringá, com a aplicação de um questionário contendo 10 perguntas, que foi respondido por 57 pessoas. O objetivo deste era analisar as políticas públicas presentes e a demanda de ações positivas por parte do Estado que a comunidade ainda necessita. A pesquisa demandou a aplicação de um questionário para a coleta de dados e cruzamento desses dados posteriormente. Com o resultado obtido, possibilitou-se analisar quais são as políticas públicas que a comunidade local mais necessita nos dias atuais para que seus direitos fundamentais e sociais sejam finalmente efetivados em maior escala. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com a aplicação de vários métodos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Demanda; Direitos Fundamentais.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas têm o seu surgimento registrado nos Estados Unidos, como disciplina e área do conhecimento. Todavia, há de se destacar que alguns estudos também vinham sendo realizados na Europa, mas partindo de um outro viés, qual seja, o da análise do Estado e as produções do governo, e as políticas públicas se encaixando como uma dessas produções. Nos Estados Unidos, ao contrário, a análise das políticas públicas tinha uma abordagem mais acadêmica, porquanto buscava estabelecer a relação entre o estudo teórico existente acerca do papel do Estado, voltando-se para o estudo sobre as ações do governo, com vistas a materializar o que teoricamente se colocava sobre as políticas públicas e a influência estatal na vida cotidiana das pessoas. (SOUZA, 2006, p.20).

Mais do que falar sobre o conceito teórico de políticas públicas, configura-se ainda mais essencial tratar acerca de sua aplicação prática, sua efetivação. No Brasil, é certo que os principais objetivos das políticas públicas são o desenvolvimento econômico do país e uma melhoria direta na vida dos cidadãos. Nos dias de hoje, inclusive, servem para garantir direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana, uma vez que direcionam a aplicação da verba estatal arrecadada da melhor maneira possível, para áreas de real necessidade da população nacional.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, foi reconstituída a República Federativa do Brasil, e começou, no país, uma nova era denominada Estado Social de Direito. A referida Constituição veio trazendo em seu conteúdo inúmeros novos direitos fundamentais à população, para que o seu princípio máster, qual seja, o da dignidade da pessoa humana, fosse respeitado. Sendo assim, na medida em que houve a evolução do processo democrático e a garantia de novos direitos básicos ao homem



com a nova república, a sociedade passou também a exigir esses direitos garantidos constitucionalmente.

Isso, na visão de Matias Pereira (2007), “contribuiu para que o país superasse características históricas de autoritarismo e de elitismo, em um movimento de fortalecimento do sistema institucional mais democrático, com justiça social, que promova a diminuição das desigualdades e injustiças na distribuição de riquezas, renda e poder. (RAP 1, V. 48, pág. 9). Assim como será exposto a seguir, a função das políticas públicas quando criadas é, por um lado, uma ferramenta do Estado para que possa cumprir aquilo que garantiu constitucionalmente a todos os cidadãos, ou seja, direitos mínimos, fundamentais, e por outro promover a diminuição da palpável desigualdade social existente.

As políticas públicas são, portanto, “ações criadas pelo Estado em resposta às necessidades da sociedade e de si próprio” (CUNHA E CUNHA, 2002). Para Souza (2006), a política pública é tida como “o campo do conhecimento que visa tanto colocar o governo em ação, quanto analisar essa ação e, sendo necessário, propor mudanças no curso dessa ação”. (RAP 1, V. 48, pág. 9-10). Sendo assim, é necessário reconhecer que a política pública é uma área do conhecimento, para, após isso, poder teorizar sobre ela.

É possível perceber que a demanda por políticas públicas, no Brasil, existe em inúmeras áreas, para garantir a concretização de inúmeros e completamente distintos direitos fundamentais. Por ser um país emergente, a população socioeconômica baixa representa um número que é não só expressivo, como alarmante, tendo inúmeras pessoas, inclusive, vivendo em condições de miséria, e necessitando mais do que ninguém de ações afirmativas por parte do Estado para que tenham garantido um mínimo digno para a sua subsistência.

É importante ressaltar que a criação de uma nova política pública possui vários estágios. Tais estágios são os que compõe o denominado ciclo político, os quais serão abordados nos capítulos subsequentes. O objetivo desse artigo é, portanto, primeiramente analisar como se dá o processo de criação de uma nova política pública, e como a administração pública determina a inclusão de determinado problema com urgente e prioritário na agenda governamental para se estudar a criação de políticas públicas na respectiva área, e não em outras, já que são diversas as áreas que possuem demanda. Além disso, a pesquisa é voltada à população socioeconômica baixa de Maringá, analisando a quais políticas públicas essa população teve acesso nos últimos anos, e como estas modificaram positivamente a vida dessas pessoas, terminando com um levantamento de dados sobre as áreas de principal demanda de criação de novas políticas públicas para essa mesma população atualmente.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

Em um primeiro momento, foi utilizado o método bibliográfico, para pesquisar acerca do conceito de políticas públicas e ter um suporte teórico para a pesquisa. Como método de abordagem, foi empregado o método hipotético-dedutivo, com análise da matéria a partir das normas constitucionais e, para verificar se elas são concretizadas, foram formuladas hipóteses, respondidas por meio de uma análise acerca da ocorrência na realidade fática, em situações concretas a fim de confirmar se as políticas públicas são efetivadas. Como método de procedimento, tem-se o emprego do método experimental, para a aplicação de questionário e coleta de dados, tendo contato direto com as pessoas. Cabe ainda destacar que se trata de uma pesquisa exploratória, com o objetivo de pesquisar os problemas, e ao mesmo tempo descritiva, pois descreverá as características específicas de um grupo da população.

Por último, ressalta-se que foi realizada uma pesquisa de campo na cidade de Maringá, para analisar as políticas públicas presentes e a demanda de ações positivas por parte do Estado que a comunidade ainda necessita. A pesquisa demandou a aplicação de um questionário para a coleta de dados e cruzamento desses dados posteriormente. O referido questionário continha 10 questões, sendo 7 de caráter objetivo, e 3 de caráter subjetivo, obtendo-se 57 respostas válidas. Com o resultado obtido, ainda, possibilitou-se analisar quais são as políticas públicas que a comunidade local mais necessita nos



dias atuais para que seus direitos fundamentais e sociais sejam finalmente efetivados em maior escala. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com a aplicação de vários métodos.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em pesquisa de campo realizada inteiramente via online, foi publicado um questionário contendo 10 questões nos Formulários do Google, sendo que o mesmo foi divulgado à população de Maringá por meio das redes sociais e via e-mail. O referido questionário contou com 57 respostas válidas. A primeira pergunta, de caráter objetivo, questionava sobre a renda per capita familiar mensal, possuindo caráter eliminatório. Ou seja, tendo em vista que o objetivo da pesquisa era um levantamento da opinião e demanda da população de classe econômica baixa de Maringá, foram considerados como respostas válidas a essa pesquisa apenas os questionários das pessoas com renda mensal per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos. Dentre as 57 respostas válidas obtidas pelos entrevistados, 52,6% deles ter renda mensal de até 1 (um) salário mínimo por pessoa, enquanto os outros 47,4% afirmaram que tal renda é de 1,5 (um salário mínimo e meio).

O CadÚnico é um cadastro geral proporcionado pelo Governo Federal para identificar as pessoas de baixa renda, sendo este cadastro, inclusive, requisito prévio para o recebimento de diversos benefícios, como é o caso do Bolsa Família, do Programa Leite das Crianças ou do Tarifa Social, dentre outros. Como conclusão dos dados colhidos na segunda questão, que questionava se os entrevistados possuíam o cadastro único, 61,4% dos 57 entrevistados afirmaram não possuir cadastro no CadÚnico, enquanto 38,6% destes afirmaram possuí-lo. Ao serem questionados, na questão 3, se são ou já foram beneficiados com alguma política pública nos últimos anos, 93% dos entrevistados afirmaram que sim, enquanto apenas 7% afirmaram que não.

As respostas da pergunta posterior, feita de forma aberta, eram restritas apenas às pessoas que responderam “Sim” à questão de número três, pedindo para que fossem apontadas, então, a (as) política (s) pública (s) da (s) qual (is) foi beneficiário nos últimos anos. Em resposta à presente questão, a política pública mais mencionada pelos questionados foi o SUS (Sistema Único de Saúde), com 44 (quarenta e quatro) menções. Em seguida, a política pública de maior menção foi o FIES (Financiamento Estudantil), tendo sido mencionado 33 vezes. Ainda, a terceira mais citada foi o Bolsa Família, com 15 beneficiários.

Após, ao serem questionados na pergunta de número 4, em qual área haviam sido criadas políticas públicas que mais ajudaram diretamente a vida dos cidadãos nos últimos anos, foi apontada a área da Educação. A questão de número 5, por sua vez, questionava as pessoas sobre quais políticas públicas, na opinião delas, mais ajudaram diretamente em suas vidas e de seus familiares, além de pessoas conhecidas nos últimos tempos.

Foram dadas 11 opções de escolha, que representam as principais políticas públicas, em todos os âmbitos, que a população do município de Maringá foi beneficiária nos últimos anos, são elas: FIES, SAMU, SUS, Bolsa Família, Aqui Tem Farmácia Popular, Minha Casa, Minha Vida, ProUni/Promube, Programa Leite das Crianças, Passe Livre, LOAS e PRONATEC. Dentre essas, os questionados deveriam escolher três opções.

Dentre os 57 entrevistados, 49 deles assinalaram o SUS (Sistema Único de Saúde), como sendo a política pública mais benéfica à população, deixando o referido programa como o mais votado. Em seguida, destaca-se o FIES (Financiamento Estudantil), com 38 votos. Ainda, como terceiro mais votado, aparece o programa Bolsa Família, que obteve 20 votos. Em sequência aparecem, de maneira sucessiva, o Programa Minha Casa, Minha Vida, com 18 votos, os Programas ProUni/Promube, que foram colocados juntos por serem da mesma natureza, com 15 votos, Aqui Tem Farmácia Popular, que obteve 11 votos, o Passe Livre, com 9 votos, o SAMU, com 5 votos, o Programa Leite das Crianças e o LOAS, ambos com 3 votos, e por último o PRONATEC, com apenas 1 voto.

Apesar de o SUS (Sistema Único de Saúde) ter sido apontado como a política pública mais utilizada, além de ser aquela que mais ajudou a população de classe socioeconômica baixa de Maringá



nos últimos anos, na opinião dos próprios beneficiários, na pergunta e número 6, que os questionava sobre a área de maior demanda em políticas públicas na atualidade, foi possível perceber que a saúde ainda é a área com maior demanda de criação de novas políticas, e aperfeiçoamento das já existentes, tendo conseguido 33,3% dos votos. Logo em seguida aparece a área de moradia, sendo a área apontada em segundo lugar como área de maior demanda, com 31,6% dos votos

A pergunta de número 7 questionava as pessoas se, em suas opiniões, as políticas públicas ajudam ou não a população de condição socioeconômica baixa. Das 57 respostas válidas que o questionário obteve, 100% dos votantes responderam que sim. A pergunta de número 8, por sua vez, era dissertativa, e estava intrinsicamente ligada à pergunta de número 7. Eis a pergunta de número 8: "Se a sua resposta à pergunta 7 foi não, responda porquê e indique uma alternativa que, ao seu ver, poderia ajudar diminuir a desigualdade social. Se foi sim, dê uma ideia de política pública que poderia ser implementada no Município de Maringá para melhorar diretamente a vida da população mais necessitada". Essa questão obteve as mais variadas respostas, cabe destacar abaixo um resumo com algumas das principais.

Dentre as respostas obtidas, cerca de 9 pessoas mencionaram a criação de alguma política pública que ajudasse no transporte público, para que seja com um preço acessível e de qualidade. Isso porque, como muitos disseram, a maioria da população maringaense não possui carro próprio, e utiliza o transporte público para se locomover. Todavia, o transporte público, além de superlotação, está com o preço da passagem muito alto, R\$3,90 por passagem na atualidade, sendo completamente inacessível à população de baixa renda, que o utiliza todos os dias para ir trabalhar, estudar, ou até mesmo ter um lazer ou resolver coisas pessoais.

No que concerne à educação, esta foi lembrada por cerca de 19 pessoas em suas respostas, e foi citado pela população a criação de uma política pública com o fim de reestruturar as escolas municipais e estaduais, além das universidades públicas, com o fim de facilitar o acesso da população de classe baixa ao ensino superior, como foi feito através do ENEM pelo FIES, PROUNI, PROMUBE e outros, mas que ainda deixam grande demanda da população. Por fim, foi citado também a criação de novos programas de capacitação profissional, com mais opções de cursos gratuitos e de qualidade, como foi com a criação do PRONATEC, SENAI, dentre outros, mas que atingisse um número maior da população. Afinal, a educação é a única esperança que essas pessoas possuem para uma melhoria de vida.

Outra área muito mencionada nas repostas dos entrevistados foi a de moradia, que foi citada pelo menos 13 vezes. As respostas geralmente possuíam dois sentidos. O primeiro deles, falava sobre a criação de novas políticas públicas no estilo do Minha Casa, Minha Vida, mas que abrangesse um número maior de pessoas, oferecesse mais facilidades e possuísse menos burocracia para a adesão. Já o segundo sentido das respostas falava acerca da criação de políticas públicas municipais com a finalidade de ajudar as pessoas com o alto custo dos aluguéis mensais, já que o custo de vida em Maringá é extremamente alto. Com as condições atuais, as pessoas de baixa renda mal conseguem suprir suas necessidades básicas mensais.

Ainda, cerca de 10 pessoas mencionaram gastos com a alimentação como a maior demanda atual. Como alternativa, colocaram a melhoria de alguns programas sociais que ajudam com as necessidades básicas, como é o caso do Bolsa Família, aumentando o valor do benefício, ou a criação de novos programas específicos para ajudarem as famílias mais necessitadas a terem uma alimentação de qualidade, seja através de auxílio monetário direto ou algum sistema de descontos de impostos a essa população. Foi mencionado também a criação de restaurantes públicos ou populares, que tenha um cardápio variado e de qualidade.

Por último, mas não menos importante, destaca-se as menções de melhoria da saúde, em sua maioria do Sistema Único de Saúde, com cerca de 15 respostas. A grande maioria das pessoas destacaram não possuir condições de arcar com planos de saúde particulares, vez que não possuem condições de arcar nem com as necessidades básicas mensais. Sendo assim, colocaram como alternativa a criação de programas ou convênios no âmbito municipal ou estadual para ajudar no funcionamento do SUS, melhorando a qualidade e rapidez do atendimento.



Acerca do papel do Estado na efetivação dos direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal, 98,2% das pessoas responderam que o Estado não consegue efetivar todos os direitos sociais por ele garantidos, enquanto apenas 1,8% dos votantes responderam que sim. Na 10ª e última questão, que também era aberta, foi colocado o seguinte questionamento: "No que diz respeito a necessidades básicas, aponte quais são aquelas que você e sua família ainda não conseguem satisfazer como gostariam apenas com sua renda mensal". Apesar das mais variadas respostas obtidas, as principais destacam-se abaixo:

A grande maioria das famílias de baixa renda relataram que, apesar de ter suas necessidades básicas supridas, tal fato não seria possível sem o auxílio das políticas públicas criadas, apesar disso, tais necessidades não são satisfeitas da maneira apropriada, com qualidade. A maior parte das pessoas relatou não possuir casa própria, ou meio de transporte próprio, não possuir acesso ao ensino superior de forma gratuita, além de não ter uma alimentação ou uma saúde de qualidade. Outras, por outro lado, relataram ainda não conseguir suprir sequer as necessidades básicas da família. Saúde e educação foram as mais citadas como necessidades básicas não supridas ou supridas de maneira insatisfatória, seguidas por alimentação e moradia.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a presente pesquisa foi possível concluir que as políticas públicas foram e são indispensáveis à vida e manutenção das necessidades básicas das famílias de baixa renda nos últimos anos. Apesar de a demanda por novos programas, além de melhoria nos já existentes serem grandes, pode-se observar que estes são ferramentas de grande poder do Estado para a efetivação dos Direitos Fundamentais garantidos a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federal de 1988. Essa informação pode ser abstraída não apenas dos dados teóricos e bibliográficos obtidos de um estudo mais aprofundado acerca do tema, mas principalmente da opinião da própria população, no que diz respeito ao público alvo do presente, qual seja, a população de condição socioeconômica baixa do município de Maringá.

Conclui-se, portanto, que muitas políticas públicas foram criadas ao longo dos últimos anos que ajudaram diretamente na vida da população, destacando-se a área da educação, e individualmente os programas como o SUS, o FIES e Bolsa Família. Todavia, ainda há uma grande demanda da população, não apenas na criação de novas políticas públicas, mas principalmente do melhoramento das já existentes, destacando-se as áreas da saúde e de moradia. Ainda, ao serem questionados se as políticas públicas ajudaram diretamente em suas vidas nos últimos anos, todos os entrevistados responderam que sim, confirmando a ideia inicial de que as políticas públicas trouxeram uma melhora direta e efetiva na vida das pessoas. Todavia, há de se destacar que ainda há muito a ser feito, e que o Estado não conseguiu efetivar todas os direitos fundamentais, principalmente os sociais e mais básicos para se garantir o mínimo digno à população nacional. Todos devem ter respeitados e efetivados os direitos que lhes são garantidos por lei, mas principalmente os direitos fundamentais, que são os direitos básicos de uma vida digna, o mínimo que um cidadão precisa ter garantido para a sua subsistência e de sua família.

#### **REFERÊNCIAS**

BENEDITO, Alessandra; MENEZES, Daniel Francisco Nagao. Políticas Públicas de Inclusão Social: o papel das empresas. **Revista de Ética e Filosofia Política**. Juiz de Fora, n. 16, v. 1, jun. 2013, p. 57-76. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16\\_1\\_benedito.pdf](http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16_1_benedito.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2017.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.



BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas Públicas, reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIAS, Helena. **Políticas Públicas de Saúde no Brasil**. Disponível em:

<https://helenadmab.jusbrasil.com.br/artigos/190097706/politicas-publicas-de-saude-no-brasil>. Acesso em: 10 jun 2018.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FILHO, João Trindade Cavalcante. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. Disponível em:

[http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaltvjustica/portaltvjusticanoticia/anexo/joao\\_trindade\\_\\_teoria\\_geral\\_dos\\_direitos\\_fundamentais.pdf](http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaltvjustica/portaltvjusticanoticia/anexo/joao_trindade__teoria_geral_dos_direitos_fundamentais.pdf). Acesso em: 18 abr. 2018.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas**. Tradução de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SANTOS, Marília Lourido. **Interpretação constitucional no controle judicial das políticas públicas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 15 out. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais**. Disponível em:

<[http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40619016/Estado\\_e\\_Politicas\\_Sociais.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1490389729&Signature=14c8XyuJ208wSFBJZvDitfFPLP0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DESTADO\\_E\\_POLITICAS\\_SOCIAIS.pdf](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40619016/Estado_e_Politicas_Sociais.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1490389729&Signature=14c8XyuJ208wSFBJZvDitfFPLP0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DESTADO_E_POLITICAS_SOCIAIS.pdf)>. Acesso em: 03 març. 2018.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Programas Sociais no Brasil: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro**. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n73/0103-4979-ccrh-28-73-0147.pdf>. Acesso em: 01 maio 2018.